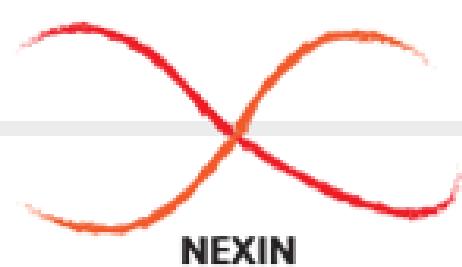


Expressões

da

Pandemia

Vol. 3



Realização Científica:

O Boletim "Expressões da Pandemia" é uma realização do Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN/PUC-SP/CNPq), liderado pela Profa. Dra. Bader B. Sawaia, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM/UFAM/CNPq), liderado pelo Prof. Dr. Renan Albuquerque.

Organizadores:

Bader B. Sawaia
Renan Albuquerque
Flávia R. Busarello
Juliana Berezoschi

Editoração e Identidade Gráfica:

Juliana Berezoschi

Revisão Técnica:

Renan Albuquerque

Os escritos são compilados por pessoas participantes, parceiras e apoiadoras do Nexin e do Nepam. A publicação será semanal durante a pandemia da covid-19.

Dados do Nexin:

O Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) tem como líder a Profa. Dra. Bader B. Sawaia e atualmente está composto por discentes de mestrado, doutorado e pós-doutorado, bem como pesquisadores associados. O NEXIN é um espaço de reflexão e investigação psicossocial permanente, onde são desenvolvidos estudos sobre desigualdade social, com ênfase na servidão humana e na potência de ação emancipadora em diferentes contextos sociais e históricos brasileiros.

www4.pucsp.br/nexin/, facebook.com/nucleonexin, instagram@nucleonexin

Dados do Nepam:

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) tem como líder o Prof. Dr. Renan Albuquerque e atualmente está composto por discentes de graduação, mestrado e doutorado, além de pesquisadores associados. O NEPAM estuda as dinâmicas e interações dos povos amazônicos em seus diferentes modos de vida no bioma.

www.facebook.com/nepam

APRESENTAÇÃO

Fuga da morte x desejo de vida: uma escolha necessária

A pandemia continua provocando convulsões dirigidas pela desigualdade social, pelo jogo de poder, por interesses espúrios, estupidez e corrupções, nos lembrando sempre das sábias palavras do filósofo da liberdade Spinoza, de que a política é o reino das paixões. No presente momento, paixões tristes movidas pelo desejo de destruir a alegria alheia, pela inveja e por ódio.

Cai mais um ministro. O futuro fica cada vez mais incerto - a (des)esperança aumenta. E mais ainda quando assistimos passeatas em frente a hospitais e quartéis, exigindo a “volta à normalidade”, a “volta da ditadura militar”, a “volta do AI5”.

(Des)esperança é a essência do espírito trágico, conduz à resignação. Conduz à inação melancólica, um sentimento de que a vida não pode oferecer nenhuma satisfação, portanto não merece nossa lealdade, nem nosso esforço, aprisionando-nos à inexorabilidade do presente.

Enquanto isso, a covid-19 aumenta seu poder de morte, pelo caminho da infecção, da fome e da melancolia.

Famílias impedidas do luto vivem, agora, o que era só de alguns, a experiência de silenciamento, a experiência do ocultamento de cadáveres, a experiência do luto coletivo, como mostra Naiara. Os moradores de rua, os imigrantes e refugiados haitianos e venezuelanos se tornam cada vez mais indesejáveis, e vivenciam a vulnerabilidade mais latente da pandemia: como se isolar quando a sua morada é a rua? Como ter comida quando seu trabalho é feito na rua? Refletem Renan, Fabrício e Ana em seus artigos neste boletim.

De onde tirar força para não sucumbir às paixões tristes, cada vez mais dominantes?

O afeto é o remédio mais receitado nas mídias para combater as paixões tristes. “Reforce o afeto”, “O afeto é o mais importante”, “É um momento de partilha e afeto”. Como nos aponta Marcos em seu texto. Lembrando, mais uma vez, que, como ensina Spinoza, uma ideia não destrói um afeto. A apenas uma paixão mais forte e contrária é capaz de destruir uma outra mais fraca.

Qual seria esse afeto? É preciso ter cuidado para o efeito colateral do individualismo e do afetivismo, cujo benefício é fugaz e ilusório. Evidenciado por coachs e personalidades como uma ditadura da alegria, basta encontrá-la dentro de você.

Uma resposta vem do artigo de Elisa sobre os estudantes: a necessidade de estar em grupos. Não há maior força do que a união de conatus. “Não há nada mais útil a um homem do que outro homem”, disse Spinoza, enunciando a força da (com)paixão - paixão integrante do todo comum. Nessa direção, ressurgem mundialmente o bater de panelas, como uma estratégia para comunicar publicamente insatisfações com governos. Mas temos também as palmas públicas, que não deixam dúvidas: são para agradecer e saudar os profissionais da saúde, da limpeza, do delivery, dos transportes, tal como nos relata Cinara.

Spinoza lembra que somos seres de desejo e de imaginação, e que, portanto, o que nos move é o desejo de perseverar na existência, de aumentar nossa potência de vida ou, como fala Benjamin, o dilacerante e explosivo impulsivo de felicidade. Essa potência nunca é anulada totalmente, só enfraquecida por forças externas, que procuram destruir os afetos alegres e impor os tristes, que favorecem a dominação.

Esta é uma ideia poderosa, a de que as paixões são indispensáveis à vida e sem elas não há humanidade. A vida em sociedade é a luta e o enfrentamento entre duas paixões contrárias, fuga da morte e desejo da vida.

“Tudo vai ser diferente depois da pandemia”, é o mantra que mais se repete, atualmente. Com certeza, muitas coisas mudarão.

Não podemos esquecer de mais um ensinamento espinosista: se o futuro nascer do medo e do ódio, o futuro nascerá da impotência e da fraqueza de seus fundadores; se nascer do desejo de vida e do sentimento do comum, nascerá da força de seus fundadores, o que se exprimirá em suas instituições.

Como resume lindamente Chauí citando um poema de Drummond: só depois que as paixões tiverem decidido o porvir, saberemos se, tristemente, “morreremos de medo e sobre nossos túmulos nascerão flores amarela e medrosas”, ou se caminhos se abrirão para a liberdade e felicidade, um caminho árduo e difícil de se encontrar, mas, como fala Spinoza na *Ética V*, tudo que é belo é tão difícil quanto raro.

São essas reflexões que o *Expressões da Pandemia 3* almeja instigar.

Este volume inicia com um poema que é fruto da afetação que o boletim já provocou, seguido dos textos já citados que falam sobre o luto coletivo, a peleja dos professores e estudantes em tempos de pandemia, da especificidade do viver em tempos de pandemia, da população em situação de rua e dos imigrantes que vivem em Manaus (esse último está em duas línguas). Por fim, um texto que reflete sobre a panela como instrumento de resistência coletiva e manifestação de afetos comuns.

Bader B. Sawaja
Profa. Titular da PUC-SP. Docente Permanente
do Programa de Estudos Pós-Graduados em
Psicologia Social. Líder do NEXIN.

Poucas palavras

A dor faz parte da vida, mas nem sempre a vida precisa de dor

O que fazer pra não sentir dó quando o que se vê é só dor?

O que fazer pra não sentir dó quando o que se vê é só dor?

Esperre, não se desespere com o que pode acontecer

É só você não parar... de viver

Simples assim (?)

Há dias em que essas palavras me pertencem

Há dias em que as sinto vazias

Simples assim

Um poema, poucas palavras

Está tudo aí pra você, não vá fugir

Simples assim (!)

Jaison Hinkel
Doutor em Psicologia (UFSC). Professor do Departamento de
Psicologia da Universidade Regional de Blumenau (FURB).
Integra a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da
FURB. Vocalista, guitarrista e compositor da banda "Malungo".

Blumenau, Santa Catarina, 21 de abril de 2020.

O confronto com a finitude e o luto coletivo

O mundo chora os mortos e se enluta sem ritos de passagem. Desqualificam-se rituais e são tirados um pouco de seus valores. Vida e morte são dimensões do mesmo espaço corpo, mas estarmos propensos e diante da morte nos obriga a refletir sobre a finitude humana.

A morte do outro, ainda que desconhecido, nos coloca frente a um estado de dor ou sofrimento coletivo no mundo, promovendo um sentimento em comum. A morte é uma espécie de desorganizadora cultural e a cultura encontra respostas por meio dos rituais, que juntam as pessoas em cerimônias para oferecermos “o nosso último adeus” e estabelecermos uma condição segura para a expressão dos afetos, o que nos auxilia no processo de construção do sentido/significado sobre a mesma.

No velório, cada pessoa que comparece leva um fragmento que vai compondo o primeiro passo necessário à elaboração da ausência que passou a exigir um desinvestimento de energia afetiva. As emoções precisam estar vivas para que juntas possam auxiliar no processo do luto. Esse espaço de contação de histórias e construção de narrativas é uma elaboração coletiva e ajuda a construir a colcha de retalhos do que representou aquela pessoa na vida de todos.

No cenário mundial, nesse momento de pandemia, rompemos brutalmente com a velha cultura e não vivenciamos ritos e cerimônias de passagem, portanto, torna-se uma dupla dor, trazendo efeitos psíquicos ainda mais desafiadores. Uma lei nacional impede velórios e, com o isolamento social, amigos e familiares sequer podem se despedir dos seus entes queridos.

Na Itália, pudemos acompanhar a campanha “O direito de dizer adeus”, que se referiu a poder cuidar dos mortos, já que rituais de afeto tinham sido impedidos. Como seres finitos, temos a responsabilidade de dar uma significação às nossas vidas. Isso, paradoxalmente, nos leva à busca para ultrapassar nossa finitude por meio de ações que deixam marcas e memórias para além da morte.

Sendo assim, manifestam-se o processo do luto e os necessários desdobramentos sociais na construção da memória coletiva, enquanto ação pública da dimensão ético-política.

Na psicologia, o processo de luto é um percurso de registros de “reconhecimentos” do que se perdeu, do que não se perdeu, do que você não sabe se perdeu, da recuperação de algo perdido, do receio de perder e da reconstrução e separação do perdido. Tudo isso é necessário para ressignificarmos um conjunto de atos, experiências, realizações e uma espécie de primazia dos registros, sejam reais, simbólicos ou imaginários.

Vimos nos últimos anos a grande dificuldade do Estado brasileiro reconhecer as graves violações de direitos humanos cometidas na época da ditadura civil-militar. Muitos familiares de pessoas desaparecidas até hoje não conseguiram enterrar entes queridos. Portanto, abre-se aqui uma importante reflexão: precisamos pensar na questão do reconhecimento não só como um processo de assimilação (de acordo ou de contrato), mas também como processo de “separação ou ruptura”.

Quais processos estão ligados à experiência do reconhecimento que exige experiência de dissolução de unidades, dissolução de identidades, dissolução de nexos/representações? Precisamos pensar as narrativas a partir das quais elas se tornam possíveis. O silenciamento é um ótimo exemplo de como uma experiência pode perder a sua dimensão narrativa, ainda que se inscreva, ainda que isso possa ser capturado “perversamente” por discursos institucionais jurídicos, teóricos ou de saúde.

Precisamos refletir sobre o reconhecimento jurídico e o silenciamento promovido não só em situações de desastres/catástrofes naturais, mas em todas as esferas da sociedade. A teoria do reconhecimento jurídico, elaborada por Axel Honneth em “Luta pelo Reconhecimento – para uma gramática moral dos conflitos sociais”, destaca muito bem essa problemática.

Honneth (2009) faz um apanhado de duas conclusões preconizadas por Hegel e Mead - o fato de a luta pelo reconhecimento implicar na obtenção de confirmação intersubjetiva por parte de cada sujeito, e o fato de ambos se apoiarem no conceito de solidariedade (complementado por valores e objetivos comuns, resultantes de experiências de interações passadas), ou seja, na expressão coletiva por direitos (articulação das necessidades sociais).

É preciso encontrar inúmeras contradições e entender como se operam os bloqueios, as rupturas, as possíveis suspensões e as patologizações do processo dialético narrativização-silenciamento diante de uma situação de luto coletivo, reconhecida pelo Estado e/ou por uma situação de luto coletivo em que o próprio Estado é autor do sofrimento humano e, mesmo assim, não o reconhece. O Estado só vai entrar na gramática de reconhecimento a partir da narrativa "proprietarista", como se todos tivessem igual chance de acesso a mercado e propriedade.

Ao pensarmos o processo de reparação e de reconstrução de experiências de luto coletivo (da violência promovida pelo Estado ou não) será preciso decompor essas experiências que fazem o sofrimento se narrativizar. Estas são experiências de determinação e/ou indeterminação. Por quê? Porque para se opor à violência é preciso transformá-las em experiência de tortura, experiência de silenciamento, experiência de ocultamento de cadáveres, experiência de luto coletivo. Em suma, a gente precisa transformar isso em outra coisa diante das leis que o Estado estabelece sobre nós, pois experiências de indeterminação o poder não consegue reconhecer.

Precisamos aprender a dissociar o conceito de justiça do conceito de direito. Mostrar e apontar para a máquina pública que o ordenamento jurídico é importante, mas o papel do Estado não é só o empilhamento de um amontoamento jurídico, ou só um conjunto de normas e leis. Essa experiência de conhecimento precisa ser superada.

Será necessário pensarmos a experiência de justiça para além dos protocolos do ordenamento jurídico. Precisamos quebrar esse efeito patológico “identitarista” colocado pelo Estado. Ou seja, para poder ser reconhecido você precisa se inscrever numa determinada identidade, por exemplo: a vítima, o exilado, o sintomático/assintomático da covid-19, o ribeirinho, o negro, o homossexual etc. Você tem que ter um nome e esse nome permite que a reparação seja feita. Sim. Mas ele te ata indeterminadamente e infinitamente a uma identidade que replica esse sofrimento, o sofrimento que você queria superar.

Afinal, a ideia de realizar o luto coletivo é que o sofrimento seja amenizado. Que a gente consiga se libertar do estigma, da discriminação, da dor e deixar para trás uma determinada identidade. Dissolver o “eu” que estava ligado àquilo.

Mas as formas jurídicas fazem o contrário disso. Quanto mais a gente insiste na luta, mais se identifica com o sofrimento que vem junto da identidade pré-estabelecida. Pensar a violência de Estado e reparação implicaria pensarmos o reconhecimento para além das identidades.

Naiara R. Vicente de Matos

Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP. Foi coordenadora da pasta “Memória, Verdade e Justiça” na Secretaria Municipal dos Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo (2017/18).

Publicou o livro “Inclusão Perversa: o sentido do trabalho para pessoas com deficiência” (2017). É professora universitária.

São Paulo, 19 de abril de 2020.

“Apanha e sorri, porque na rua não tem outro jeito”

A pandemia vem trazendo uma nova noção temporal e um recente senso de realidade. Dias que mais parecem anos e que têm escancarado os efeitos das políticas de cunho neoliberal, sobretudo na área da saúde, até então invisíveis aos olhos de muitos.

Ficar em casa e higienizar-se com frequência são recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e das autoridades de saúde para evitar a contaminação em massa. Nesse momento somos capturados pela seguinte questão: e aqueles que fazem das ruas sua morada?

É importante ressaltar que a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/09) define população em situação de rua como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p. 1).

Dessa maneira, pela própria condição de precariedade, essa população é a que mais sente os períodos de crise, inclusive com o aumento de seu contingente. Sendo assim, as medidas para contenção do coronavírus, que incluem basicamente isolamento social e higiene básica, são inviáveis para o cotidiano de 24,3 mil pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo (Censo da População em Situação de Rua, 2019).

Outro alerta proferido obstinadamente é de evitar contato físico. Esse, por sua vez, é mais fácil ser seguido, já que nesse momento, mais do que em qualquer outro, a população em situação de rua tem sido evitada, afastada, vista como a personificação da experiência da peste, como ameaça coletiva, afinal, não lavam as mãos ou passam álcool em gel. Sintoma de uma sociedade polarizada.

No dia 08/04/2020 o Atendimento Diário Emergencial (Atende II), único serviço da região da Luz, foi fechado. Pelo "Atende II" passavam 300 pessoas todos os dias. Lá, tinham acesso à higienização, alimentação e vagas de pernoite. O fechamento contraria recomendações da Defensoria e do Ministério Público (MP). Fica evidente, então, que se trata de mais uma medida higienista que já vem sendo arquitetada desde 2017. Em tempos de governo ultraconservador, de direita, narrativas que justifiquem tais medidas tem se intensificado: o SARS-coV-2 veio a calhar!

No front diário estão profissionais das equipes de Consultório na Rua [1], realizando o cuidado humanizado. A atuação das 18 equipes tem se intensificado nos territórios, mas os profissionais não têm condições adequadas de atender essa população toda, reflexo do fracasso das políticas de higienização e guerra às drogas.

Comércios fechados e pessoas isoladas em suas casas, realidade que afeta diretamente a população em situação de rua, que fica aguardando alguém que disponibilize água, comida, pia para lavar as mãos. Nesse sentido, o fortalecimento de saídas coletivas via, por exemplo, movimentos sociais, também se faz importante, visto que a desmobilização social conduz ao desmantelamento das próprias políticas.

Com isso, observamos iniciativas individuais e coletivas compondo a rede de sustentação e apoio, dando conta da ausência de um Estado que garanta proteção e direitos a todos os cidadãos e formando uma rede quente junto aos profissionais que trabalham diariamente nas ruas.

[1] "São equipes que devem operar o cuidado longitudinal, ou seja, o cuidado das pessoas em seus processos de vida, trabalhar de modo itinerante, integrando e articulando as ações com os diferentes equipamentos da rede, sendo porta de entrada para o SUS e dando visibilidade às demandas dessa população, sempre visando à atenção integral na perspectiva da redução de danos e da clínica ampliada. Sendo assim, o Consultório na Rua deve atuar como elo entre a população em situação de rua e os diversos serviços que podem compor a rede de cuidado" (SÃO PAULO, 2016, p. 27).

O Consultório na Rua nasceu em 2004, da Estratégia Saúde da Família (ESF), parceria entre o Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto e a Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de oferecer atendimento à saúde da população em situação de rua.

Equipes de resistência atuam a partir da política de redução de danos e da escuta acolhedora. Na pandemia, reafirmam a delicadeza no cuidado, a fruição suave, o respirar conjunto através de atendimentos humanizados, considerando sujeitos em suas particularidades. Cuidam das dores e feridas, mas afirmando a vida. Defendendo os afetos alegres como uma trincheira, os trabalhadores da rua mantêm-se na contramão das narrativas duras e estigmatizantes, construindo processos de (re)conhecimento de necessidades e demandas sociais e de saúde, articulando e tecendo redes de atenção, substanciadas em linhas de cuidado, integrais e intersetoriais referenciadas no conceito de cuidado.

Parafraseando Chico Buarque, em tempos de "morreu na contramão atrapalhando o público" temos visto e normalizado práticas e discursos de ódio, justificando mortes em massa, afinal aqueles que não são ajustados socialmente servem para que? Nas tessituras diárias, as potências do olhar-palavra passam a integrar as trajetórias de cuidado das equipes, que olham para as PSR na sua integralidade. Segundo Deleuze, em uma leitura sobre Spinoza, os encontros podem ser percebidos como bons ou maus encontros, aqueles que "me compõem" ou "me decompõem". Bons encontros aumentam a potência do sujeito, tornando-o mais ativo e capaz de agir, ajudando-o a perseverar na vida, sendo percebidos como um sentimento de alegria. Para as equipes de Consultório na Rua, os conceitos são fundamentais na atuação e consolidação de modos de operar o trabalho nos territórios, mesmo permeados por medo e angústia de um vírus de tamanha letalidade. São equipes que mantêm encontros acolhedores, nos quais se escuta atentamente o outro de forma horizontalizada, construindo aliança e vínculo terapêuticos.

Qual é a real necessidade dos excluídos? Aos pobres basta o alimento? Aos discriminados basta a lei? Às crianças basta o acesso à escola? É evidente que não. Essas são medidas fundamentais, mas não são suficientes. Os excluídos, como todos os homens, têm fome de dignidade. Eles desejam ser reconhecidos como "gente", como seres humanos. Necessitam de afeto, de atenção, de sentir que realmente são únicos [...]

e que, ao mesmo tempo, são iguais aos seus semelhantes, o que lhes é negado nas relações sociais injustas e discriminadoras (...) A alegria, a felicidade e a liberdade são necessidades tão fundamentais quanto aquelas, classicamente, conhecidas como básicas: alimentação, abrigo e reprodução (SAWAIA, 2003, p. 55).

Em 2017, atendia na rua um homem que lavava suas roupas em uma poça de água após uma chuva intensa que havia ocorrido no dia anterior. Pedestres passavam olhando com desconforto para a cena e atravessavam a rua. Ele, então, passou a falar sobre a tristeza por não ser visto, por sentir-se um “nada”, um “ninguém”. Enquanto contava sobre as marcas da exclusão, disse: “[...] que bom que a gente ainda tem a turma do Consultório na Rua para olhar por nós. Apanhar dói, chorar faz ranho e nem papel higiênico e água tem para limpar o nariz nesse lugar. Então apanha e sorri, porque na rua não tem outro jeito”.

Ana Carolina Martins Gil
Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP,
psicóloga clínica e professora universitária.

São Paulo, 19 de abril de 2020.

Coronavirus et migrants à Manaus, l'épicentre de la pandémie en Amazonie brésilienne

Il est de plus en plus fréquent d'écouter, les dernières années à Manaus, épicentre de la pandémie en Amazonie brésilienne, les langues française et espagnole parlées de façon spontanée, principalement dans le commerce manauara. Cela s'explique par l'arrivée de centaines de milliers de Haïtiens et de Vénézuéliens, qui ont migré en fuyant la crise économique, le chômage et le manque de ressources dans leur pays. En espérant trouver du travail pour reconstruire leurs vies, ces migrants, par nécessité, entrent par l'extrême nord du Brésil, étant Manaus, capitale de l'État d'Amazonas, passage quasiment obligatoire pour ces gens.

Cependant, suite à l'émergence du nouveau coronavirus (SARS-coV-2), le secteur économique brésilien a été énormément touché, ainsi que la santé, en menaçant le seul moyen de travailler pour ces personnes. Ceux qui ont une formation technique travaillent dans plusieurs domaines de l'économie, mais surtout le bâtiment, les services de réparation et de ménage, dans des entrepôts divers. Par contre, la grande majorité travaille dans l'informalité en vendant des marchandises diverses tels que fruits, bonbons, glaces, dans les rues de Manaus.

Coronavírus e migrantes em Manaus, o epicentro da pandemia na Amazônia brasileira

Nos últimos anos, em Manaus, o epicentro da pandemia na Amazônia brasileira, tornou-se cada vez mais comum ouvir as línguas francesa e espanhola faladas espontaneamente, principalmente no comércio Manauara. Isto se deve à chegada de centenas de milhares de haitianos e venezuelanos, que migraram em fuga da crise econômica, do desemprego e da falta de recursos no seu país. Na esperança de encontrar trabalho para reconstruir suas vidas, estes migrantes, por necessidade, entram pelo extremo norte do Brasil, sendo Manaus, capital do Estado do Amazonas, uma passagem praticamente obrigatória para estas pessoas.

No entanto, após o aparecimento do novo coronavírus (SARS-coV-2), o setor econômico brasileiro foi enormemente afetado, bem como a saúde, ameaçando a única forma de trabalhar para estas pessoas. Os que têm formação técnica trabalham em diversas áreas da economia, mas principalmente na construção, reparação e serviços de limpeza, em vários armazéns. Por outro lado, a grande maioria trabalha no setor informal, vendendo vários produtos como fruta, doces, gelados, nas ruas de Manaus.

Venus seuls dans leur grande majorité, les migrants ont comme premier but celui de travailler pour envoyer de l'argent à leurs familles et après pouvoir les faire venir au Brésil.

Pour contenir la pandémie du nouveau coronavirus, plus d'un tiers de la population mondiale vit désormais sous des mesures d'isolement. En Amazonie, le contrôle des restrictions a commencé avec l'interruption des cours et la fermeture des écoles. Mais peu à peu, elles se sont développées, la fermeture du commerce, des services, conduisant même les usines à interrompre la production ou à accorder des congés collectifs à leurs employés. La covid-19 est une maladie causée par le coronavirus SARS-CoV-2, qui présente un tableau clinique allant d'infections asymptomatiques à des affections respiratoires graves. À Manaus, alors que toutes les familles sont priées de s'enfermer dans leurs maisons, de nombreuses personnes dans la rue sont confinées à l'extérieur dans leurs tentes.

Pour survivre, les migrants qui ne reçoivent pas d'aide se sentent obligés de continuer à travailler. Bato Jan, un Vénézuélien qui vit à Manaus depuis huit ans, vend des fruits dans le centre-ville. Il affirme que les ventes ont fortement chuté ces dernières semaines et que les gens ont peur et ne sortent pas faire leurs courses au centre-ville. Outre la baisse des ventes, la police tente de les empêcher de travailler dans les rues à cause du nouveau coronavirus.

Vindo sozinhos na sua grande maioria, o primeiro objetivo dos migrantes é trabalhar para enviar dinheiro para as suas famílias e depois trazê-los para o Brasil.

Para conter a pandemia do novo coronavírus, mais de um terço da população mundial vive agora isolada. Na Amazônia, o controle das restrições começou com a interrupção das aulas e o fechamento das escolas. Mas, pouco a pouco, foram-se expandindo, fechando o comércio e os serviços, levando até mesmo as fábricas a interromperem a produção ou a concederem férias coletivas a empregados. A covid-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta quadro clínico que vai desde infecções assintomáticas a afecções respiratórias graves. Em Manaus, enquanto se pede a todas as famílias que se tranquem nas suas casas, muitas pessoas na rua estão confinadas em suas barracas do lado de fora.

Para sobreviver, os migrantes que não recebem ajuda sentem-se obrigados a continuar a trabalhar. Bato Jan, um venezuelano que vive em Manaus há oito anos, vende frutas no centro da cidade. Ele afirma que as vendas diminuíram drasticamente nas últimas semanas e que as pessoas têm medo e não vão às compras no centro da cidade. Não bastasse isso, a polícia tenta impedi-los de trabalhar nas ruas devido ao novo coronavírus.

Les produits d'hygiène tels que les masques et le gel à l'alcool sont très chers, c'est pourquoi Bato dit qu'il ne pratique pas les mesures d'hygiène recommandées, mais qu'il désinfecte correctement les fruits qu'il vend.

De l'autre côté, il y a aussi ceux qui obéissent à l'isolement social et intensifient les habitudes d'hygiène, surtout ceux qui ont une famille. Marbelis et Carlos Cortez, un couple Vénézuélien qui a un fils de six ans, vivent depuis un an et demi à Manaus, dans un petit appartement situé dans l'est de la capitale. Marbelis dit que le loyer est sa plus grande préoccupation, car son mari ne peut pas aller dans la rue pour vendre de l'eau et des chocolats, et elle est au chômage depuis six mois. Ainsi, ils risquent d'être expulsés par manque de paiement, ce qui serait désespéré en cette période d'isolement. La nourriture et l'argent diminuant chaque jour, ils vivent dans l'incertitude quant à ce qu'il adviendra d'eux dans les semaines à venir, mais font leur part, pour le bien de tous.

On a beaucoup parlé de l'impact de cette crise sanitaire sur l'économie, mais au-delà de cela, de nombreuses vies se trouvent dans des positions plus vulnérables à ses effets. Nous savons que nous sommes tous exposés au risque d'être infectés par la pandémie, mais les personnes âgées et celles qui ont des maladies préexistantes, en plus de celles qui vivent dans des situations de logement précaire, sont des cibles faciles pour ce virus.

Produtos de higiene, como máscaras e álcool gel, são muito caros, razão pela qual Bato diz que não pratica as medidas de higiene recomendadas, mas que higieniza devidamente os frutos que vende.

Por outro lado, há também aqueles que obedecem ao isolamento social e intensificam os hábitos de higiene, especialmente os que têm família. Marbelis e Carlos Cortez, casal venezuelano com um filho de seis anos, vivem há um ano e meio em Manaus, num pequeno apartamento na zona leste da capital. Marbelis diz que o aluguel é a sua maior preocupação, pois o marido não pode sair à rua para vender água e bombons, e ela está desempregada há seis meses. Em consequência disso, correm o risco de serem despejados por falta de pagamento, o que seria desesperante neste momento de isolamento. Com a comida e o dinheiro diminuindo diariamente, vivem na incerteza sobre o que lhes vai acontecer nas próximas semanas, mas estão fazendo parte deles, para o bem de todos.

Muito tem sido dito sobre o impacto desta pandemia na economia, mas, para além disso, muitas vidas encontram-se em posições mais vulneráveis aos seus efeitos. Sabemos que estamos todos em risco de ser infectados pelo novo coronavírus, mas os idosos e as pessoas com doenças pré-existentes, os que vivem em situações de habitação precária, são alvos fáceis para este vírus.

Les personnes qui n'ont pas accès aux services de santé sont encore plus vulnérables, ce qui rend divers segments de la population plus susceptibles de souffrir de la crise.

Alors, les migrants qui n'ont pas leur propre maison et qui doivent vivre dans des petits espaces dans les maisons de soutien avec de nombreux autres compatriotes, sont directement touchés. Qu'est-ce qui a été fait en faveur de ces gens qui, faute de politiques publiques efficaces, sont plus vulnérables loin de leur pays et de leur famille? Dans une interview pour un journal local, la Pastorale des Migrants de l'Archidiocèse de Manaus a déclaré qu'il n'existe pas de politique spécifique pour aider les migrants et/ou les réfugiés politiques à faire face à cette pandémie.

En revanche, les migrants Haïtiens et Vénézuéliens en épiceutre de SARS-coV-2 en Amazonie brésilienne, qui ont le Cadastro de Pessoa Física - CPF (enregistrement des personnes physiques), peuvent avoir accès aux prestations d'aide gouvernementale qui, dans ce cas précis de pandémie, seraient l'aide d'urgence d'un montant de \$600 reais (un peu plus d'une centaine de dollars), pour trois mois. Rosana Nascimento, vice-coordinatrice de la Pastorale, a également déclaré qu'il n'y aura pas de nouvelles entrées et pas de déconnexions dans les maisons d'accueil, à Manaus. Selon elle, ce sont des mesures de sécurité dans la lutte contre le coronavirus, car elles empêchent l'augmentation de la transmission.

Aqueles que não têm acesso aos serviços de saúde são ainda mais vulneráveis, o que torna vários segmentos da população mais susceptíveis de sofrer com a crise.

Assim, os migrantes que não têm casa própria e que têm de viver em pequenos espaços, em casas de apoio com muitos outros compatriotas são diretamente afetados. O que tem sido feito por estas pessoas que, na ausência de políticas públicas eficazes, são mais vulneráveis longe dos seus países e famílias? Em entrevista a um jornal local, a Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Manaus afirmou que não existe uma política específica para ajudar os migrantes e/ou refugiados políticos a enfrentarem esta pandemia.

Em contrapartida, migrantes haitianos e venezuelanos no epicentro da SARS-coV-2 na Amazônia brasileira, que possuem o Cadastro de Pessoa Física (CPF) podem ter acesso a benefícios de ajuda governamental que, neste caso específico de pandemia, seria um auxílio emergencial no montante de R\$600,00 durante três meses. Rosana Nascimento, vice coordenadora da Pastoral, afirmou também que não haverá novas entradas nem desligamentos nas casas de acolhimento em Manaus. Segundo ela, tratam-se de medidas de segurança na luta contra o coronavírus, porque impedem o aumento da transmissão.

Il convient de noter que le gouvernement fédéral a fermé les frontières brésiliennes, empêchant ainsi l'entrée des étrangers dans le pays. Paniers d'achats, matériel d'hygiène et de nettoyage, nourriture et conseils pour l'enregistrement de la demande d'aide d'urgence du gouvernement, sont des actions de solidarité pour les migrants et les sans-abri, a déclaré Rosana. En plus des actions pastorales à Manaus, une base de soutien pour la population des rues (PSR) a été inaugurée en avril au Centro de Convivência do Idoso (Ceci), quartier Aparecida, zone sud de Manaus. Parmi les services fournis figurent des lignes directrices sur la prévention du covid-19 et des déjeuners gratuits.

Cette nouvelle base est née de l'articulation entre le Gouvernement de l'État, la Mairie et la Société Civile Organisée. Avec l'isolement social, de nombreux migrants perdent leurs revenus, car leurs clients sont les personnes qui passent quotidiennement dans les rues de Manaus. En outre, comme ils travaillent la plupart du temps dans l'informel, ils doivent parcourir de longues distances pour tenter de vendre leurs produits, s'exposant ainsi au virus. En fait, rien n'a été dit au niveau du Gouvernement Fédéral concernant des actions spécifiques pour ces groupes. Cela ne nous surprend pas ! Le gouvernement brésilien actuel a beaucoup entravé la politique migratoire et, pire encore, ne reconnaît pas le Pacte Global pour la Migration, signé par

É importante ressaltar que o Governo Federal fechou as fronteiras brasileiras, impedindo assim a entrada de estrangeiros no país. Cestas básicas, materiais de higiene e limpeza, alimentos e orientações sobre como solicitar o auxílio emergencial do governo são ações de solidariedade para com os migrantes e os moradores de rua, afirmou Rosana. Além das ações pastorais em Manaus, foi inaugurada em 1º de abril uma base de apoio à população de rua (PSR) no Centro de Convivência do Idoso (Ceci), no bairro Aparecida, zona sul de Manaus. Os serviços prestados incluem orientações para a prevenção da covid-19 e almoços gratuitos.

Esta nova base é o resultado da articulação entre o Governo do Estado, a Prefeitura Municipal e a Sociedade Civil Organizada. Com o isolamento social, muitos migrantes perdem sua renda, pois seus clientes são as pessoas que passam pelas ruas de Manaus diariamente. Além do mais, como trabalham sobretudo no setor informal, têm de percorrer longas distâncias para tentar vender seus produtos, expondo-se assim ao vírus. Na verdade, nada foi dito em nível de Governo Federal quanto a ações específicas para estes grupos. Isto não nos surpreende! O atual governo brasileiro do presidente ultraconservador Jair Bolsonaro tem dificultado muito a política de migração e, pior ainda, não reconhece o Pacto Global Para as Migrações, assinado por

deux-tiers des 193 pays membres de l'Organisation des Nations Unies (ONU), comme un instrument adéquat pour traiter le problème migratoire.

Pour finir, les migrants et les réfugiés qui n'ont pas accès aux politiques sociales du gouvernement sentiront dans leur peau les effets de cette pandémie envoyant leur autonomie financière diminuer, jour après jour. Des facteurs tels que le chômage, les licenciements massifs, la faible demande des consommateurs sur le marché, l'augmentation du prix des produits alimentaires apportent un scénario inquiétant à ces personnes qui vivent déjà du sous-emploi, à la recherche d'une vie meilleure. Malgré tous ces revers, on constate, de plus en plus, un effort de la société manauara pour sensibiliser ses membres de venir à l'aide des migrants. Donc, dans l'espoir de pouvoir apaiser les difficultés des migrants à Manaus, la société civile s'organise en actions de solidarité, montrant une fois de plus que la vie est plus importante que l'économie. Accepter la présence de migrants et de réfugiés, savoir les intégrer, c'est toujours une opportunité d'enrichissement social et culturel.

Fabrizio Vasconcelos
Diplômé en Tourisme à l'Université
Nilton Lins (2012). Diplômé en Langue et
Littérature Française à l'Université
Fédérale d'Amazonas (2019). Professeur
Assistant de portugais dans les écoles
publiques de Toulouse/France (2016-17).

Renan Albuquerque
Professeur à Ufam/Brasil

Manaus, 20 avril 2020

dois terços dos 193 países membros da Organização das Nações Unidas, como instrumento adequado para resolver o problema migratório.

Para concluir, os migrantes e refugiados que não têm acesso a políticas sociais sentem na pele os efeitos desta pandemia na medida em que notam a independência financeira diminuir, dia após dia. Fatores implicados são o desemprego, as demissões em massa, a baixa procura dos consumidores pelo mercado e o aumento dos preços dos alimentos, que trazem um cenário preocupante às pessoas que já vivem do subemprego, em busca de uma vida melhor. Apesar de todos estes reveses, há um esforço crescente por parte da sociedade manauara para sensibilizar a sociedade no sentido dela vir em auxílio aos migrantes. Assim, na esperança de poder amenizar as dificuldades dos migrantes em Manaus, a sociedade civil pode organizar-se em ações de solidariedade, mostrando uma vez mais que a vida é mais importante do que a economia. Aceitar a presença de migrantes e refugiados, saber como integrá-los, é sempre uma oportunidade de enriquecimento social e cultural.

Fabrizio Vasconcelos
Bacharel em Turismo pela Universidade
Nilton Lins (2012). Tem Licenciatura
Plena em Língua e Literatura Francesa
pela Ufam 2019). Professor Assistente de
português em escolas públicas de
Toulouse/França (2016-17).

Renan Albuquerque
Professor da Ufam

Manaus, 22 de abril de 2020.

Em tempo de máscaras: sorrisos escondidos e olhares afetivos

Temos acompanhado a evolução do novo coronavírus (SARS-coV-2). A pandemia assola diferentes grupos sociais, da elite aos grupos mais vulneráveis (moradores de rua, moradores de favelas e periferias, idosos, pessoas do sistema prisional, entre tantos outros, bem como os racializados (negros, afrodescendentes, indígenas). A pandemia da covid-19 alterou o cotidiano das pessoas nas sociedades contemporâneas, fixando novos modelos de relacionamento e comportamento. Alterações profundas ocorridas em uma perspectiva psicossocial mostram suas diferenças, no entanto apresentam também o que existe de comum, os afetos.

À medida que a pandemia continua a se espalhar, diferentes veículos de informação enfatizam diversos temas relacionados ao momento atual nas sociedades contemporâneas. Notícias têm sido veiculadas em todos os meios de comunicação, em todo o mundo, sobre a pandemia. Desse modo, para esta nota a seguir, focamos nosso olhar para notícias veiculadas em alguns sites internacionais, por estar neste momento vivenciando em Portugal a quarentena, com os cuidados necessários (isolamento social, uso de máscara, luvas). Entretanto, também recebendo muitos afetos de familiares e amigos. Cito como exemplo a oferta de bolos confeitados de uma doceria que sou costumaz frequentador.

Como já dizia Chico Buarque em sua canção:

Com açúcar, com afeto
Fiz seu doce predileto
Pra você parar em casa...

A seguir, algumas notas sobre o tema do novo coronavírus e o descritor “afeto”, captadas em sites [1] (inter)nacionais.

“Covid-19. Histórias de afeto (mas também de adeus) num hospital”.

“Não deixa de ser irônico que um mandato marcado pela proximidade e política de afetos tenha como verdadeiro teste à sua consistência uma doença em que a proximidade e o excesso de afetos são dois dos principais motivos de contágio”.

“Se possível leve as compras até a porta de casa, mantenha o contacto visual e mostre o seu afeto, mas cumpra a distância de segurança. Se não for possível, contrate uma empresa de entregas ao domicílio”.

“Reforce a necessidade de lavar as mãos. Mesmo estando em casa devem lavar as mãos, peçam aos vossos filhos para fazerem vídeos para os mais velhos, é uma maneira de dar afeto e de manterem a ligação”.

“Reforce o afeto: ligue diariamente. Pergunte como estão. Se possível crie grupos familiares, lance desafios, tarefas semanais que possam partilhar. Partilhe de um poema, um desenho, uma música, são coisas que nos unem e ajudam os mais velhos a sentirem-se incluídos”.

“O afeto, amor, carinho e a calma são essenciais. O afeto é o mais importante”.

“Tenha tempo para eles: brinque com os seus filhos, veja um filme, jogue um jogo. Façam exercício juntos. Estabeleça uma rotina semanal de um determinado jogo por exemplo de tabuleiro, uma vez por semana. Envolve toda a família e é um momento de partilha e afeto”.

[1]<https://rr.sapo.pt/2020/04/07/actualidade/covid-19-historias-de-afeto-mas-tambem-de-adeus-num-hospital/video/236240/>
<https://labor.pt/home/2020/04/23/e-muito-difícil-viver-sem-o-afeto-diario-no-nucleo-familiar/>
<http://portocanal.sapo.pt/noticia/217909>
<https://observador.pt/opiniao/o-presidente-da-republica-e-o-covid-19-erro-de-analise-da-politica-dos-afetos/>
<https://www.delas.pt/estes-sao-os-sinais-de-afeto-que-deve-evitar-ter-com-o-seu-parceiro/sexo/802137/><https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2020-04/historia-professora-covid-10-bergamo.html>
<https://expresso.pt/coronavirus/2020-04-23-Fotogaleria.-A-pandemia-pelo-olhar-das-criancas>

“É muito difícil viver sem o afeto diário no núcleo familiar”

“Covid-19: Equipa de intervenção comunitária leva cuidados e afetos a casa dos doentes”.

“Estes são os sinais de afeto que deve evitar ter com o seu parceiro”

“Neste período a senhora recebeu muito afeto e solidariedade da sua cidade, em particular dos alunos da quinta série...”

“As máscaras complicam os afetos, mas os olhos revelam que estão sorridentes “

Marcos Antonio Batista da Silva,
Doutor em Psicologia Social pela
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Brasil.
Pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais
(CES), Universidade de Coimbra, Portugal.
Membro do Projeto: (725402 - POLITICS — ERC-2016-COG).

Coimbra, Portugal, 23 de abril de 2020.

Panelaços, carreatas e afins:
reflexões sobre a dimensão ético-política da ação
coletiva em tempos de pandemia

No último dia 24 de março, ao finalizar minha primeira webconferência em tempos de quarentena, fui surpreendida por um barulho alto e dissonante que me prendeu a atenção. Ao me aproximar da janela presenciei pela primeira vez um panelaço. Havia também luzes piscando e gritos de “Fora Bolsonaro!”. Enfim, a Cidade Júlia [1] decidiu engrossar o entoar das panelas ao longo de aproximadamente 20 minutos.

Fazendo uma busca rápida pelo universo online encontramos informações, de matérias jornalísticas a escritos acadêmicos, que mostram os panelaços como um símbolo latino-americano de protesto. Desde 1970 países como Chile, Argentina, Colômbia e Venezuela adotaram o bater das panelas como estratégia política para comunicar insatisfações com governos dos mais diferentes segmentos ideológicos. Ganhando sempre um sentido singular em cada país e momento da história.

Em 8 de março de 2015 é a vez do fenômeno ganhar expressividade no Brasil durante um discurso presidencial, iniciando assim a série de panelaços que marcaram o golpe contra a presidenta Dilma. Tendo as varandas de bairros nobres como foco de manifestações, o fenômeno se tornou um dos símbolos da polarização política evidenciada desde 2013 no país, sendo totalmente deslegitimado pelos setores progressista e da esquerda.

Desde que Bolsonaro iniciou os pronunciamentos sobre a pandemia, o utensílio voltou a expressar indignação por aqui.

[1] Bairro periférico pertencente ao distrito de Cidade Ademar, um dos extremos da Zona Sul paulistana. Sua formação resulta da ocupação populacional desordenada, durante o período de industrialização, em uma área de manancial, assim, a vulnerabilidade social é agravada por situações de risco e degradação ambiental, dado o adensamento das áreas de favelas, configurando um processo de exclusão ambiental e urbana, somado à exclusão cultural, uma vez que em seus 12 km² não possui nenhum equipamento público de cultura.

Neste 24 de março me lembrei que, dias antes, justamente ao ouvir um dos seus pronunciamentos irresponsáveis, que não só minimiza o impacto da covid-19, mas que reitera a colocação do mercado financeiro acima da vida, eu pensava: vamos ter que ouvir isso quietos em casa? Neste 24 de março, a Cidade Júlia me respondeu que não. Isso me impeliu a correr até a cozinha para pegar a minha panela e me permiti contemplar aquele momento e olhar as afetações que meu corpo vivenciava.

Fiquei extremamente feliz por saber que a minha vizinhança e eu tínhamos algo mais do que o compartilhamento de um mesmo território. Tínhamos afetos comuns, uma mesma indignação e um mesmo desejo de permanecermos vivos, ou seja, uma mesma luta. A imagem dessa luta comum era reforçada a cada post ou story no facebook, a cada status no whatsapp, que continham as cenas gravadas naquela noite com frases que expressavam o orgulho de terem participado do ato, somado ao desejo de mostrar isso para o mundo, ainda que de maneira virtual. Assim, não só compartilhávamos afetos comuns, mas nos uníamos à multidão iniciada em 17 de março (data do primeiro, dessa série de panelaços). Eu, ainda que só, me sentia representada pelos/as batedores/as de panela.

Quando nossos corpos não podem se encontrar para formar um aglomerado que ocupa ruas e avenidas entoando palavras de ordem, ainda assim é possível unir nosso barulho em uma ação coletiva, capaz não só de potencializar sujeitos singulares, mas também de formar um sujeito político poderoso, impondo medo a quem nos impõe medo, ou não teria sido necessário que Bolsonaro convocasse um panelaço de seus apoiadores.

Agora, saindo um pouco do universo singular desse relato, dirijo meu olhar para as outras formas de manifestações políticas que estão ocorrendo: panelaço convocado pelo próprio presidente, como contraponto às manifestações contra ele, e carreatas contra as medidas de isolamento social impostas por prefeitos e governadores. O que poderia parecer apenas o retrato de uma sociedade democrática, em que grupos com interesses distintos manifestam ideias e anseios, evidencia a luta de classes que perpassa relações sociais, fruto da desigualdade, uma vez que a reivindicação de um grupo coloca o outro em um risco ainda maior de contágio pelo coronavírus e que, além disso, dados de realidade demonstram em qual grupo a letalidade da doença é maior.

De acordo com boletim epidemiológico divulgado pela Secretaria de Saúde do Município de São Paulo em 17 de abril, os distritos com maior número de casos confirmados da doença são aqueles que concentram a elite paulistana, mas vale lembrar que os casos confirmados não expressam o número real de infectados, pois no SUS estão sendo testados apenas casos de internação e o resultado tem demorado em média três semanas. Logo, o dado além de demonstrar a baixa letalidade do vírus nessa classe social, mostra que essa parcela da população tem acesso a laboratórios privados e com resultados rápidos. Enquanto os distritos que concentram o maior número de mortes por confirmação ou suspeita de covid-19 são exatamente os periféricos.

A questão do isolamento social escancara uma outra faceta da desigualdade... a fome. Algo que tenho ouvido bastante, e que já foi tratado no "Expressões 1", é justamente o dilema "morrer de covid-19 versus morrer de fome" o que, inclusive, dá sustentação ao debate que legitima as manifestações favoráveis a uma maior flexibilização do isolamento é, além da necessidade momentânea de alimentar as/os trabalhadoras/es autônomos que realizam atividades mais precarizadas, a dimensão da crise econômica e as consequências que esta traz a todos/as.

Esse dilema aponta para a urgência de repensarmos a nossa forma de organização social. A opção para uma parcela da população não pode ser "morrer ou morrer". A dificuldade em se pensar estratégias em que todas/os possam viver é justamente porque uma parcela - ainda que a menor em termos numérico - não aceita perder privilégios.

Aqui é possível olhar para a dimensão ético-política da ação coletiva, a mesma ação pode servir de instrumento de luta para a manutenção do privilégio de poucos, garantindo determinadas vantagens àqueles/as que conseguirem sobreviver à pandemia ou pode servir de instrumento de luta pelo direito natural de permanência na vida.

Cinara Brito de Oliveira
Psicóloga. Doutoranda em Psicologia Social pela
PUC/SP. Pesquisadora do NEXIN. Professora na graduação e
pós-graduação (lato sensu) em Psicologia da UNISA.

São Paulo, 19 de abril de 2020.

Nossa peleja em tempos de pandemia: a humanidade é para todas(os) ou não será para ninguém

Hoje completam 37 dias de quarentena. A sensação de estar dentro de um filme de ficção científica em que imagino o roteirista com senso de humor negro, ao mesmo tempo, sarcástico e previsível. A vontade de perguntar: “Já sabemos que não teremos um happy end... Então o que está por vir?”. A pandemia marcada pelo cenário da realidade brasileira faz-me recordar da imagem da nau dos insensatos. Esta nau carrega passageiros humanos vindos de um mundo que já não existe, habitantes que de tão perturbados já não se importam para onde estão indo. Apesar de estarem no mesmo barco, as ondas os atingem de maneiras distintas. Há os que terão a queda amortecida pelos coletes salva-vidas e os que cairão do barco por estarem próximos demais da beirada e não terem onde se apoiarem.

Quando paro para fechar os olhos estou dentro desse barco, e vejo diferentes imagens que se intercalam e formam um mosaico composto pelo elitismo desumano das classes sociais, pelo luxo obeso, pela miséria escarnecida dos cadáveres das guerras e pelo cemitério ecológico. Após alguns minutos de afogamento da realidade que inunda o barco, olho para cima em busca de paraquedas coloridos do Ailton Krenak. É a humanidade que deve ser livre e não alguns humanos. A grande superstição do nosso século XXI não seria, pois, a da própria noção de humanidade? Humanidade para poucos, muito poucos.

A partir dessa pequena introdução acima, peço licença para compartilhar algumas experiências do território da educação. Nossa realidade brasileira é reflexo de uma ausência da Reforma Educacional, que preservou o mesmo modelo de ensino mesmo após a Ditadura Militar. Com a constituição de 1988 que marca a luta pelos Direitos Humanos, fomos capazes de, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que determina os direitos de aprendizagem de todo estudante cursando a Educação Básica, estabelecer dez competências gerais.

Destaco a décima que anuncia: “Responsabilidade e cidadania para agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários”. Em tempos de pandemia que escancara desigualdades sociais vem à tona a pergunta: como ser “resiliente” quando ainda vivenciamos a realidade das escolas de latas[1]? O ensino superior abriu as portas com o aumento de ações afirmativas, sobretudo direcionadas a instituições de ensino superior. Contudo, ações em relação a políticas de permanência de estudantes são tímidas ou quase inexistentes. Vivenciamos uma formação atravessada pela demanda de empresas privadas, em que predomina a lógica para gerar estudantes na relação de servidão (patrão-servo).

Há mais de três anos como professora universitária tenho escutado relatos dos mais diversos. Destaco a pergunta de uma estudante: “sempre tive curiosidade para saber o que vocês (professoras(res)) pensam sobre nós? Vocês devem pensar que é perda de tempo dar aula para nós. Não temos mesmo tempo para estudar.” (Estudante do quarto período do curso de psicologia, instituição privada). Esta situação do cotidiano da sala de aula exemplifica o processo de inclusão perversa no ensino superior e que, atualmente, com o cenário da pandemia, foi intensificado. O que mais tem me chamado atenção é a lógica da exclusão digital por meio das atividades remotas, o que é sofrível para estudantes que não têm acesso a recursos (banco de dados móveis para acesso à internet, ambiente de estudo adequado, condições financeiras para pagar mensalidades pelos próximos meses e perda de empregos).

Nós, professoras(es), tivemos nossos corpos atravessados pela precarização do trabalho. Em poucos dias, tivemos que exercer a função de pelo menos quatro pessoas: webdesigner (busca de recursos criativos e ferramentas para realizar a manutenção das aulas); secretária (mediação com estudantes com relação a atividades remotas); gestora (comunicação com representantes de turmas para possível identificação de dificuldades e especificidades de cada um); e professora (função que se confunde com a de operadora das aulas online).

[1]Reportagem de abril de 2019, realizada pelo Sindicato de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo denunciou que cerca de 60 mil estudantes estudam em Escolas de Lata em São Paulo. Disponível no link: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2019/cerca-de-60-mil-alunos-estudam-em-escolas-de-lata-em-sao-paulo/>

Brinco com as minhas turmas que “cuspi pra cima e caiu em cima de mim”. Sempre tive um posicionamento crítico em relação ao EAD – continuo tendo, e nunca imaginei que dar aula online se tornaria parte da rotina de trabalho. Nas primeiras semanas da quarentena, estar conectado tornou-se a regra: experiência da hiper-conexão. Senti as consequências disso na terceira semana: percepção alterada (sensação de escutar o celular vibrar, dificuldade para dormir por conta do contato constante com a luz da tela do notebook), estado de hipervigilância e necessidade de estar em grupos. O último ponto merece atenção especial, pois se há algo nesta experiência que tem possibilitado o esperar é a possibilidade de estar em grupos, incluindo a própria sala de aula.

Como exemplo, cito o grupo da disciplina "Processos Grupais", em que está sendo possível articular o conteúdo da aula com as urgências trazidas pelo cenário da pandemia. Nestas semanas refletimos sobre a precarização do trabalho a partir dos entregadores de comida em condição de extrema vulnerabilidade e sobre relatos de estudantes da turma que estão atuando na linha de frente como profissionais da área da saúde (enfermeiras). Trouxemos à tona as estudantes que são mães e têm as aulas acompanhadas de suas crianças e de seus adolescentes que, por outro lado, vivenciam junto a experiência, também, de terem aulas remotas. Pensamos acerca de medos e angústias relacionadas à saúde mental. Resumindo, está sendo possível trazer a vida (real) para a sala de aula.

Recebi orientações institucionais de continuar a enviar atividades para as turmas. Parei para sentir-pensar. Decidi que não daria nenhuma atividade que estivesse desvinculada do momento atual, ou seja, as atividades estão sendo direcionadas para que possamos refletir o contexto da pandemia e para que possamos parar para nos olharmos. Ouvi de um professor que: “o estudante que não participava na sala de aula, virtualmente, continuará não participando”. Será? Talvez, antes da classificação por estudantes participativos e não participativos, seja importante que nos questionemos sobre o que tem sido historicamente a sala de aula. Temos que avançar na visão que reduz o estudante aos papéis sociais de bom ou mau aluno. Afinal, não desejamos produzir estudantes resilientes. Parafraseando Criolo, “não quero viver assim, mastigar desilusão”.

Os encontros alegres são possíveis dentro da sala de aula? Mais do que nunca são necessários. Quando se cria um espaço de legitimação dos afetos, mesmo que mediado por uma tela, é possível, pasmem - também, fiquei pasma - escutar relatos de que “faz sentido discutir esse tema”, “nossa, me emocionei quando você contou essa situação”, “não tá fácil, mas pelo menos a gente tá falando”. Sou supervisora clínica e tenho duas turmas que estão no nono período. Minha preocupação maior tem sido com a qualidade de saúde mental que as(os) estudantes terão quando regressarmos aos atendimentos. Ao colocar esta situação, sou solidária às amigas que são coordenadoras de cursos e estão tendo de responder à instituição de outra maneira, pois a preocupação é com a evasão escolar. A instituição, não tendo estudantes, por consequência, não terá dinheiro para manter suas(seus) professoras(es).

Nunca fugimos da luta, nossas(os) antepassadas(os) sempre nos ensinaram que as conquistas só vêm por meio das grandes pelejas. Todas as autoras e autores desse cenário são importantes para que o nosso barco não afunde. Lembrem qual é o primeiro procedimento caso o barco fure? Deixá-lo mais leve (?). Recebi um importante alerta da professora Bader Sawaiia, do perigo que pode representar esta metáfora. Não podemos escorregar no risco de esquecermos que vivenciamos tempos sombrios da necropolítica. Deixar o barco mais leve, às custas de quais corpos (velhos, pobres, periféricos, indígenas e pretos)? Fazer do nosso cotidiano suportável é urgente. Fazer caber mais humanidade(s) dentro do nosso barco, é igualmente urgente!

Elisa Harumi Musha

Trabalhadora brasileira com descendência okinawana, herdeira de muitas das lutas de nossas(os) antepassadas(os).
Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP e professora universitária na Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos (FG) e na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Boiçucanga, 20 de abril de 2020.



NEXIN